



**Declaração do B Lab sobre temas controversos –  
Serviços de água e saneamento básico  
Atualizado em abril de 2022**

## Abordagem do B Lab sobre temas controversos e certificação de Empresas B

Como empresas com fins lucrativos que atendem aos padrões mais rigorosos de desempenho, responsabilidade e transparência nos aspectos social e ambiental, as Empresas B Certificadas são líderes em usar o poder dos negócios para gerar impactos positivos.

Seja pelas informações que uma empresa oferece no seu [Questionário de divulgação de informações confidenciais](#), por questões levantadas por terceiros através do [Processo formal público de reclamações](#) do B Lab ou pelo diálogo público a respeito dos requisitos e padrões para a certificação de Empresa B, regularmente surgem perguntas difíceis e complexas a respeito de temas controversos no mundo dos negócios que poderiam afetar a elegibilidade de uma empresa à certificação de Empresa B. O julgamento dessas questões fica à critério do [Conselho Consultivo de Padrões](#) independente do B Lab, como parte do processo de avaliação da divulgação de informações.

O questionário de divulgação de informações confidenciais do B Lab é a base desse processo de avaliação, que aborda questões delicadas relativas a setores, práticas, resultados e sanções. Ele também se baseia em triagens e padrões de terceiros como a Lista de Setores Excluídos da IFC [*IFC Excluded Industries List*] e as convenções da Organização Internacional do Trabalho. Sabendo que as listas que apresentam essas questões delicadas podem estar incompletas, o B Lab se reserva o direito de conduzir avaliações similares sobre questões que não estejam presentes atualmente no questionário de divulgação de informações confidenciais, mas que sejam motivo de preocupação para as partes interessadas e que constituam uma possível violação da Declaração de Interdependência do Movimento de Empresas B.

Quando surgem novos setores ou questões em um âmbito que ainda não desenvolveu um modelo sólido de tomada de decisões, o B Lab conduz pesquisas que servem para orientar a decisão do Conselho Consultivo de Padrões. Essa pesquisa está baseada em fontes secundárias compiladas pela equipe do B Lab, com o objetivo geral de identificar e compreender as diferentes preocupações relacionadas ao setor ou à questão, bem como às diferentes perspectivas das partes interessadas. Isso inclui uma revista de imprensa sobre o setor e seus impactos; como a questão foi abordada por outros padrões; políticas públicas existentes e recomendadas por organizações sem fins lucrativos e outros especialistas no assunto; exemplos (possivelmente positivos e negativos) de atores dentro do setor; entrevistas com partes interessadas

especializadas; e outras perspectivas e comentários de natureza pública. Esse conteúdo é utilizado para desenvolver disposições que servirão de base para a análise do Conselho Consultivo de Padrões e para especificar os tipos de perguntas que determinadas empresas precisarão responder como parte da avaliação delas.

Particularmente quando se trata de setores controversos, existe uma tensão natural e saudável entre uma tendência a excluir todas as empresas do setor da possibilidade de elegibilidade à certificação de Empresa B e uma *necessidade de liderança* para potencializar uma transformação na cultura, no comportamento e no impacto desses setores. Embora o B Lab e o [Conselho Consultivo de Padrões](#) possam determinar a inelegibilidade de todo um setor à certificação por conta de suas práticas ou de seu impacto negativo, eles também reconhecem que existe a possibilidade de que empresas em setores controversos estejam lidando com esse impacto negativo potencial ou essas controvérsias de maneira significativa. Nessas circunstâncias, pode haver uma necessidade maior de distinguir entre bons e maus atores, assim como definir o que constitui um desempenho bom, superior ou o melhor do setor, usando padrões rigorosos e verificados de desempenho social e ambiental, responsabilidade jurídica e transparência pública. Todas as partes interessadas se sentem mais bem atendidas se existe um padrão transparente e confiável que contribua para uma melhor tomada de decisões sobre políticas, investimentos, compras e empregos.

Reconhecendo que existe uma variedade de perspectivas razoáveis sobre o que contribui para uma prosperidade duradoura e compartilhada por todos, o B Lab e o Conselho Consultivo de Padrões farão determinações referentes à elegibilidade para a certificação de Empresa B. No caso de empresas em setores controversos, com políticas controversas ou envolvidas em práticas controversas, será exigido transparência sobre suas práticas e sobre a forma de administrar e mitigar essas questões. O B Lab também documentará e compartilhará essas posições publicamente para permitir que todas as partes interessadas, incluindo cidadãos e formuladores de políticas, façam seus próprios julgamentos sobre o desempenho da empresa, bem como participem de um debate público construtivo e criterioso sobre questões relevantes. As últimas disposições e declarações do B Lab sobre temas controversos estão disponíveis [aqui](#).

Assim como os padrões do B Lab de uma forma geral, essas disposições são trabalhos em andamento e nosso objetivo é promover a melhoria contínua de cada uma delas. Outras perspectivas são bem-vindas, já que o B Lab continua a refinar sua visão com a expectativa de contribuir para um debate construtivo sobre o papel das empresas na sociedade.

Independentemente da elegibilidade à certificação de Empresa B, todas as empresas em qualquer setor podem usar a [Avaliação de Impacto B](#) como uma ferramenta de gestão interna para avaliar e melhorar o impacto das suas práticas como um todo e/ou para adotar uma estrutura jurídica de governança das partes interessadas (como [Sociedades de Benefício e Interesse Coletivo](#)) que seja adequada à jurisdição e à estrutura corporativa atual da empresa.

Caso tenha dúvidas ou comentários sobre nossa abordagem a respeito das questões abaixo, entre em contato com a equipe de Gestão de Padrões do B Lab pelo e-mail [standardsmanagement@bcorporation.net](mailto:standardsmanagement@bcorporation.net).

## Serviços de água e saneamento básico e a Certificação de Empresa B

O B Lab e o Conselho Consultivo de Padrões independente reiteraram a seguinte decisão com relação à elegibilidade para a certificação de Empresa B no setor de serviços de abastecimento de água e saneamento básico:

Caso seja demonstrado pelo processo de divulgação da empresa ou por informações públicas disponíveis, não serão elegíveis à Certificação de Empresas B todas as empresas que tenham se envolvido nas seguintes práticas nos últimos cinco anos:

- A empresa participa de lobby ou advoga por políticas que visam reduzir o preço dos serviços de abastecimento de água para a empresa ou que visam debilitar as normativas relacionadas ao acesso à água.
- Existem preocupações significativas, concretas e justificadas não resolvidas das partes interessadas em relação ao acesso da empresa à água.
- Existem preocupações significativas, concretas e justificadas não resolvidas das partes interessadas em relação às interações da empresa com o setor público, como alegações de pagamento de propina, comportamentos anticoncorrenciais ou de contratos que favorecem a empresa.

Todas as demais empresas são elegíveis para a Certificação de Empresa B caso cumpram estes padrões adicionais:

1. Questões governamentais e anticorrupção: A empresa disponibiliza suas políticas sobre assuntos governamentais e anticorrupção. As políticas detalham como serão implementadas (por exemplo, por meio de capacitação de funcionários) e incluem mecanismos internos para a resolução de conflitos.
2. (Conforme aplicável) Viabilidade econômica da água: Para as empresas que cobram tarifas de água a usuários finais residenciais:
  - a. As tarifas de água da empresa representam de 3 a 6% da renda familiar média na comunidade ou
  - b. As tarifas propostas pela empresa são analisadas e votadas por uma organização independente (por exemplo, agência reguladora, partes interessadas afetadas)

- c. Se nenhuma das duas opções for viável devido a circunstâncias fora de seu controle, a empresa se envolverá em uma ação coletiva para melhorar a viabilidade econômica da água nas devidas bacias hidrográficas para cumprir algum dos dois requisitos no prazo de duas recertificações.
3. Acesso à água: O acesso da empresa à água é feito de maneira justa e devidamente recompensado.
  - a. A empresa paga uma taxa de acordo com o volume ou
  - b. A empresa tem licenças regulatórias para a extração de água e cumpre os parâmetros especificados nessas licenças.
4. Jurisdições regulamentadas: A empresa cumpre as normativas locais e nacionais em relação à qualidade da água ou as Diretrizes da OMS sobre a qualidade da água potável, o que for mais estrito.
5. (Conforme aplicável) Tratamento de águas residuais: A empresa está em conformidade com as normativas locais e nacionais em relação ao tratamento de águas residuais.
6. Uso sustentável da água: A empresa não extrai a uma escala ou taxa que afete de maneira significativa o acesso à água da região, considerando o reabastecimento normal ou a taxa de fluxo da fonte de água. Além disso, a empresa conta com gestão integrada de recursos hídricos para minimizar as perdas de água na rede de distribuição.
7. Ação Coletiva: A empresa participa de ação coletiva para melhorar a qualidade, o acesso e a viabilidade econômica da água nas bacias hidrográficas relevantes.
  - a. A ação coletiva inclui o envolvimento com usuários finais locais para que eles saibam como podem ser participantes ativos na gestão da água.

## Visão geral do setor

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da ONU dispõe sobre garantir o acesso à água e à saúde para todos.<sup>1</sup> O acesso a água, saneamento básico e higiene é reconhecido como um direito humano. Embora tenham sido feito avanços para aumentar o acesso a água potável e ao saneamento básico, bilhões de pessoas ainda carecem desses serviços essenciais. No mundo todo, uma de cada três pessoas não têm acesso a água potável, e duas de cada cinco pessoas não têm instalações básicas para lavar as mãos com água e sabão.

As empresas do setor de serviços de água e saneamento básico desempenham um papel importante no acesso a esses serviços. A definição do Conselho de Padrões de Contabilidade Ambiental [*Sustainability Accounting Standards Board*] (SASB, na sigla em inglês) é a seguinte:

“As empresas do setor de serviços de água e saneamento básico possuem e operam sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (geralmente estruturados como serviços públicos regulamentados) ou oferecem serviços operacionais e outros serviços especializados aos proprietários desses sistemas (geralmente, de operações baseadas no mercado). Os sistemas de abastecimento de água incluem a aquisição, o tratamento e a

---

<sup>1</sup> [ONU](#)

distribuição de água para residências, empresas e outras entidades (por exemplo, governamentais). Os sistemas de águas residuais coletam e tratam essas águas, incluindo esgoto, água cinza, resíduos líquidos industriais e o escoamento de águas pluviais, antes de devolver o efluente resultante ao meio ambiente.”<sup>2</sup>

Embora a maioria das empresas de serviços de água e saneamento básico sejam públicas, cerca de 7% da população urbana nos países em desenvolvimento é atendida por empresas privadas.<sup>3</sup> Um modelo de negócios comum é uma parceria público-privada em que os operadores são encarregados da gestão dos serviços em função de diversos contratos com entidades públicas. Algumas partes interessadas alegam que os operadores privados têm a capacidade de melhorar a eficiência e incorporar o contexto local e os riscos. Por exemplo, um [relatório do Banco Mundial](#) conclui que a contribuição mais consistente dos operadores privados foi uma melhoria da eficiência operacional e na qualidade do serviço. De modo geral, as conclusões sustentam a perspectiva de que parcerias público-privadas bem projetadas são uma opção válida para melhorar a disponibilidade da água nos países em desenvolvimento.

No entanto, outras partes interessadas acreditam que os serviços de água devem permanecer na esfera pública.<sup>4</sup> Por exemplo, um [relatório da Corporate Accountability](#) investiga o impacto da privatização e da liberalização dos serviços de água e defende os sistemas de água públicos. O relatório destaca os riscos potenciais da privatização da água, como uma menor qualidade da água e preocupações relacionadas à saúde, tarifas mais altas e corrupção. Embora esses riscos certamente existam, o envolvimento das partes interessadas e as pesquisas também indicam que as empresas podem implementar práticas recomendadas para evitar esses riscos (o que será discutido posteriormente nesta seção). Por exemplo, em um editorial para o *Journal of Water Resources Planning and Management*, Gary H. Wolff sugere: “Não precisamos decidir de maneira abstrata qual é superior, se o setor público ou privado. O que precisamos é implementar e aplicar as regras do jogo de modo que os operadores de serviços públicos ou privados sejam eficientes e respondam às necessidades e aos desejos da sociedade.”<sup>5</sup>

## Riscos e problemas significativos

O B Lab pode resumir as preocupações das partes interessadas em relação a serviços de água e saneamento básico da seguinte forma:

### **Questões governamentais e anticorrupção**

Normalmente, o governo abre um chamado para um contrato de serviços de água e saneamento básico, e os operadores privados participam de um processo de licitação para

---

<sup>2</sup> [Sustainability Accounting Standards Board](#)

<sup>3</sup> [World Bank](#)

<sup>4</sup> [Corporate Accountability](#)

<sup>5</sup> [Journal of Water Resources Planning and Management](#)

receber o contrato. Nessa relação contínua com o setor público, as empresas privadas de serviços de água e saneamento básico podem ser incentivadas a se envolverem em corrupção e pagamento de propina para evitar concorrentes, conseguir entrar no mercado, obter termos de contrato mais favoráveis e debilitar as normativas.<sup>6</sup>

Além do valor da propina, os custos adicionais da corrupção podem incluir distorções nos termos de contratos e normativas que afetem negativamente a viabilidade econômica, o acesso e a qualidade da água. Esses riscos serão discutidos nas próximas sessões.

As empresas podem mitigar o risco de corrupção e propina implementando políticas que visam combater essas práticas, bem como políticas para assuntos governamentais. Essas políticas devem ser divulgadas e incluir mecanismos para que os funcionários denunciem quaisquer violações.

### **Viabilidade econômica da água**

A viabilidade de preços é um fator essencial para melhorar o acesso da população à água, saneamento básico e higiene.<sup>7</sup> Os orçamentos familiares podem ser insuficientes para arcar com as necessidades mínimas dos padrões nacionais relativos a água e esgoto.

Quando os ODS foram anunciados em 2015, embora a viabilidade econômica estivesse presente em 10 metas distribuídas em seis objetivos, não havia uma metodologia estabelecida para medi-la. Mais recentemente, em maio de 2021, a UNICEF e a OMS publicaram um relatório sobre a medição e o monitoramento da viabilidade econômica do abastecimento de água, saneamento básico e higiene (The Measurement and Monitoring of Water Supply, Sanitation, and Hygiene Affordability). Historicamente, a principal forma de medir a viabilidade econômica foi a abordagem do limiar de gastos: a proporção entre o gasto familiar em água e esgoto e a renda anual, em comparação com um limiar de viabilidade. Embora esse limiar de viabilidade econômica varie de um país a outro, os bancos de desenvolvimento multilaterais e a OCDE definiram limites entre 3% e 5%.

Se bem a abordagem de limiar é popular entre os formuladores de políticas e os fornecedores de serviço, ela também tem certas limitações. Um fato importante é que essa abordagem não considera o gasto familiar em outros serviços essenciais, que variam de acordo com o grupo familiar e a localização geográfica. As abordagens alternativas incluem a análise de como as pessoas se comportam em relação aos gastos de água, saneamento e higiene e os níveis de serviço (preferências constatadas) e do que as pessoas dizem (preferências relatadas), além do foco na viabilidade econômica para os grupos familiares em situação de pobreza. Atualmente, os conjuntos de dados e estudos com representatividade nacional tendem a oferecer dados mais completos para a abordagem de limiar de gastos, em comparação com outras abordagens.

---

<sup>6</sup> [Corporate Accountability](#)

<sup>7</sup> [UNICEF e OMS](#)

Os serviços de água privados também enfrentam questões como a fixação de preços de monopólio. Os limites das empresas privadas de serviços de água para estabelecer suas próprias tarifas variam de acordo com a jurisdição. Por exemplo, nos Estados Unidos, as tarifas cobradas pelos serviços privados de água são reguladas por agências estatais.<sup>8</sup> No Brasil, as tarifas de água e saneamento estão definidas nos acordos de concessão com os municípios e as agências reguladoras, e são ajustadas anualmente de acordo com os índices de inflação. Na África do Sul, os serviços privados de água podem definir suas próprias tarifas com base no mercado. Principalmente nas jurisdições em que as tarifas de água são reguladas por entidades governamentais, a viabilidade da água corre o risco de ser negativamente impactada pela corrupção. Além disso, a viabilidade econômica da água varia amplamente de um mercado a outro. Portanto, as empresas devem se envolver com as comunidades para compreender suas perspectivas em relação às tarifas da água e como definiriam tarifas aceitáveis (por exemplo, como uma porcentagem da renda disponível).

As empresas podem promover a viabilidade econômica da água para seus usuários finais garantindo que os preços e o gasto familiar de água representem de 3 a 6% da renda anual, assegurando que qualquer modificação nas tarifas seja analisada e votada por uma organização independente e participando de uma ação coletiva para melhorar a viabilidade econômica da água.

## **Acesso à água**

Existem problemas significativos relacionados aos métodos que as empresas utilizam para ter acesso à água e do processo de privatização daquilo que é considerado um “bem público”. As preocupações concretas sobre essa questão incluem a falta de um pagamento adequado pelo direito às fontes de água em comparação com um valor de mercado justo, o que acaba subsidiando efetivamente a privatização da água e faz com que os recursos fornecidos sejam insuficientes para sustentar a infraestrutura pública.<sup>9</sup> Em alguns casos, as empresas de água e saneamento são proprietárias da única fonte de água potável e limpa de certa comunidade ou região, o que pode gerar impactos adversos nas comunidades locais, como forçá-las a procurar novas fontes de abastecimento de água, secar as fontes de água natural local e restringir o uso da água. Se a terra ou os direitos são de propriedade direta da empresa, as taxas ou impostos pagos para a extração de água podem variar substancialmente e estarem baseados no volume usado ou extraído, serem um montante fixo ou até inexistentes. Em muitos casos, as empresas em si têm um controle limitado sobre essas estruturas de pagamento, dependendo de seu tamanho e da localização geográfica. Algumas empresas podem se envolver em práticas de lobby para criar políticas que permitam o acesso a mais água ou que reduzam o custo da água para elas, o que pode aumentar sua rentabilidade, mas não ser de nenhum interesse para o bem comum.

---

<sup>8</sup> [United States Government Accountability Office](#)

<sup>9</sup> [Vice](#)

As empresas podem demonstrar que o acesso é obtido de maneira justa e recompensado com o pagamento de uma taxa baseada no volume ou obter e respeitar licenças regulatórias de acesso à água.

## Qualidade da água

Uma boa qualidade da água é essencial para a saúde humana, para o desenvolvimento social e econômico e para o ecossistema.<sup>10</sup> As instalações de tratamento de água recebem água não tratada, removem os poluentes e a tratam com químicos para obter água potável e adequada para o saneamento básico. Uma má qualidade da água implica riscos ambientais e para a saúde humana; as instalações de tratamento normalmente estão sujeitas a normativas detalhadas para controlar e monitorar seu impacto.

Pode-se dizer que esses riscos são mais altos nas comunidades marginalizadas. Por exemplo, no começo de 2014, os habitantes de Flint, Michigan sofreram uma injustiça ambiental quando a cidade modificou o abastecimento de água para economizar custos.<sup>11</sup> Cerca de 45% da população de Flint vive abaixo da linha de pobreza, e aproximadamente uma de cada seis casas na cidade foram abandonadas. As amostras de água coletadas nas casas indicam altos níveis de chumbo, além conter bactérias que causam a doença dos legionários ou legionelose. Os habitantes fizeram queixas porque a água fedida, turva e com sabor ruim provocava problemas de saúde como erupções na pele, perda de cabelo e prurido, mas essas reclamações foram sistematicamente ignoradas durante meses. A Michigan Civil Rights Commission concluiu que a resposta insuficiente do governo à crise de Flint foi resultado do racismo sistêmico. Em 2017, um acordo judicial exigiu que a cidade trocasse suas tubulações de chumbo e garantisse mais financiamento para analisar a água corrente, instalar filtros nas torneiras, realizar programas educativos, entregar água engarrafada gratuita durante um ano e oferecer programas de saúde para auxiliar os habitantes com impactos negativos em sua saúde provocados pela água.

Além disso, a distribuição de água potável é problemática em muitos países da Ásia, parte da Europa e da América Latina e em grande parte da África, devido a sistemas insuficientes de infraestrutura hídrica.<sup>12</sup> Apesar de que as normativas possam variar de uma jurisdição a outra, as [Diretrizes da OMS sobre a qualidade da água potável](#) são reconhecidas como um padrão global.

As empresas podem alcançar uma boa qualidade da água para seus usuários ao garantir a conformidade com as normativas locais e nacionais em relação à qualidade da água ou com Diretrizes da OMS sobre a qualidade da água potável, as que oferecerem padrões mais exigentes.

---

<sup>10</sup> [UN Water](#)

<sup>11</sup> [National Resource Defense Council](#)

<sup>12</sup> [ScienceDirect](#)

## Tratamento de águas residuais

As instalações de tratamento de água e esgoto produzem efluentes, que são resíduos líquidos e sólidos que contêm produtos químicos usados nos produtos de tratamento e poluentes provenientes das fontes de água e esgoto.<sup>13</sup> O efluente tratado é despejado das instalações em águas superficiais ou bombeados para águas subterrâneas. Os efluentes implicam riscos ambientais e para a saúde humana; as instalações de tratamento normalmente estão sujeitas a normativas detalhadas para controlar e monitorar seu impacto. As normativas frequentemente definem limites máximos de descarga de efluentes para mitigar os riscos, com sanções e perda potencial das licenças em caso de danos excessivos. Além disso, o escrutínio público e regulatório da qualidade dos efluentes vem aumentando, devido à presença de novas substâncias preocupantes.

As empresas podem minimizar os riscos ambientais e para a saúde relacionados ao tratamento de águas residuais garantindo a conformidade com as normativas locais e nacionais relacionados.

## Uso sustentável da água

No cerne das preocupações relativas ao uso da água, encontra-se seu uso sustentável. As empresas podem extrair água a um ritmo acelerado que leva ao esgotamento da fonte com o passar do tempo. Isso afeta não apenas a gestão da empresa em longo prazo, como também as comunidades e os ecossistemas que dependem dessas fontes. Além disso, volumes significativos de água podem ser perdidos na rede de distribuição (chamados de “água não contabilizada”), como resultado de falhas e deficiências de infraestrutura.

Esses riscos são maiores em regiões com fontes de água com excesso de licença ou sobre-exploradas, conforme definido a seguir:

- Excesso de licenças: Fontes de água cujas licenças conjuntas excedam o volume de reabastecimento médio anual dos aquíferos, ainda que o volume da extração real de água possa diferir. Uma fonte de água com excesso de licenças provavelmente também esteja sobre-explorada.
- Sobre-exploradas: Os aquíferos sobre-explorados são aqueles em que a extração de água subterrânea excede o volume de reabastecimento médio anual, de tal modo que a persistência dessa prática por longos períodos causa impactos ambientais como o esgotamento de nascentes, lagos e pântanos; diminuição ou desaparecimento do caudal de rios; queda permanente dos níveis de água subterrânea; ingresso de águas salinas etc.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> [SASB](#)

<sup>14</sup> [CONAGUA](#)

As empresas podem promover o uso sustentável da água identificando taxas de extração sustentáveis em função do reabastecimento normal e das taxas de fluxo, garantindo que as taxas de extração permaneçam em níveis sustentáveis e não afetem o lençol freático ou o acesso à água por outras partes interessadas, além de integrar programas de gestão de recursos hídricos para minimizar as perdas de água na rede de distribuição.

## Fundamentos das decisões do Conselho Consultivo de Padrões

O setor de serviços de água e saneamento básico tem um papel significativo em contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 e garantir que todas as pessoas tenham acesso a água e saneamento básico. Existe uma tensão inerente para as empresas de água e saneamento básico entre maximizar o benefício para a sociedade e maximizar o retorno para os acionistas. Isso gera riscos relacionados a corrupção, viabilidade econômica da água, acesso e qualidade da água, tratamento de águas residuais e uso sustentável da água. Estudos complementares e com as partes interessadas indicam que o acompanhamento adequado das práticas recomendadas da empresa diminui esses riscos. Portanto, as Empresas B Certificadas do setor de serviços de água e saneamento devem demonstrar que seu modelo de negócios assume uma abordagem integral, com foco nas partes interessadas e ênfase na melhoria da qualidade da água, do acesso a ela e de sua viabilidade econômica em toda a bacia hidrográfica.

As empresas de serviços de água e saneamento devem se envolver em uma ação coletiva e trabalhar lado a lado com partes interessadas da comunidade para administrar a água como um recurso compartilhado. As partes interessadas podem incluir usuários finais, comunidades locais e grupos ativistas; funcionários e outros trabalhadores; governos, agências reguladoras e outras organizações da sociedade civil. As comunidades envolvidas em uma ação coletiva podem trabalhar para melhorar a qualidade da água, o acesso a ela e viabilidade econômica para as partes interessadas da bacia hidrográfica. Alguns exemplos de resultados de ações coletivas são a definição de metas para a água utilizada, aumento no investimento em infraestrutura, promoção de políticas e conscientização.

A [Declaração do B Lab sobre temas controversos – setor de água engarrafada](#) serviu como um precursor importante para estes padrões. O setor de água engarrafada é um setor separado, porém relacionado, que também enfrenta riscos relativos à qualidade da água, o acesso a ela e seu uso sustentável. Além disso, a declaração enfatiza o uso de ações coletivas para fortalecer a qualidade da água, o acesso a ela e sua disponibilidade na bacia hidrográfica. As empresas de água engarrafada são elegíveis para a Certificação de Empresas B mediante, no mínimo, uma divulgação complementar em seu perfil público de Empresa B sobre questões sensíveis e significativas no setor.

Esses padrões não impõem requisitos adicionais específicos relacionados a outras questões possivelmente relevantes para as empresas de serviços de água e saneamento que já cumpriram com os padrões exigidos para a certificação de Empresas B. Todas as empresas que desejam obter a Certificação de Empresa B, incluindo as empresas de serviços de água e saneamento, devem completar o questionário de divulgação de informações confidenciais, que apresenta

questões relacionadas a tópicos como litígios e sanções. Quaisquer informações apresentadas no questionário de divulgação de informações confidenciais, bem como na verificação de antecedentes ou no processo público de reclamações serão avaliadas pelo B Lab e podem resultar na exigência de requisitos adicionais de divulgação, medidas para remediação ou inelegibilidade.

\*\*\*\*\*

As decisões do Conselho Consultivo de Padrões se baseiam em pesquisas independentes conduzidas pelo B Lab e consultores das partes interessadas, incluindo especialistas acadêmicos.

Esta declaração está vigente desde abril de 2022 e até a próxima avaliação do Conselho Consultivo de Padrões.

Envie seu feedback ou perguntas para a equipe de Gestão de Padrões do B Lab pelo e-mail [standardsmanagement@bcorporation.net](mailto:standardsmanagement@bcorporation.net).